



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

RESOLUÇÃO N.º 74/81

Data: 23 de novembro de 1981.

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira.

“começa na foz do Rio Preto, no Rio Cantu, subindo por este pela sua margem esquerda até a sua nascente, ali em linha reta e seca, até a nascente do Rio das Ervas; descendo o Rio das Ervas pela sua margem direita, até a sua foz no Rio Piquiri, descendo o Rio Piquiri pela sua margem direita, até alcançar a foz do Rio Cantu; subindo o Rio Cantu pela sua margem esquerda até alcançar a foz do Rio Preto, ponto inicial”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 23/11/81

JOÃO MANSUR

Presidente.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Gernote Kirinus.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, Del Ciel, Deni

Schwartz, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Valduga e Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Egon Pudell, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Mário Celso, Renato Bernardi, Romero Filho, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes e Paulo Camargo (17). Em licença os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/139, 140 e 141/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei, sob os seguintes números:

58/81:

Do Senhor Deputado JOÃO MANSUR, que fica extinto o Distrito de SOARES, do Município de RIO AZUL, o qual convertido em lei tomou o número 7518.—Anote-se. Arquite-se.

29/78:

Do Senhor Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ARMANDO SOICHI IWAYA, o qual convertido em lei tomou o número 7519.— Anote-se Arquite-se.

40/81:

Do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, que revoga a Lei n.º 7207, de 01/10/79, Divisas entre os Municípios de MARINGÁ e MANDAGUAÇU, o qual convertido em lei tomou o número 7520.— Anote-se. Arquite-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de regozijo pelo transcurso do 27.º aniversário de Emancipação Política do Município de Engenheiro Beltrão.

Para o conhecimento das autoridades constituídas, solicitamos o envio do presente ao Prefeito e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Nos idos de 1950, Alexandre Beltrão advindo da Capital paranaense vislumbrou nas paragens do Centro Oeste Paranaense um rincão profícuo e promissor. E, nele acreditou,

Nesta região ele e seus amigos, que também acreditaram na proficuidade das terras onde aportaram, dedicando toda potencialidade de seu trabalho à terra que deveria ser seu lar, fizeram de Engenheiro Beltrão um dos mais profícuos Municípios da Micro-Região Doze-COMCAM.

E se isto está acontecendo é porque o povo beltrãoense, honrado e trabalhador sempre soube escolher homens também honrados para dirigir seus destinos.

Hoje, Engenheiro Beltrão desponta no cenário dos municípios como um município que pela pujança da sua agricultura deve merecer nosso respeito e admiração, o que justifica plenamente o nosso requerimento.

Engenheiro Beltrão conseguiu a sua Emancipação Política em 26 de novembro de 1954, sendo elevado a Comarca em 15 de julho de 1968.

Ocupa um território de 441,78 km quadrados, onde habitam e trabalham cerca de 30.000 almas, o que justifica o seu colégio eleitoral de 10.230 eleitores.

Possui uma vasta e bem estruturada rede escolar, onde militam cerca de 5.500 alunos; possui cinco distritos administrativos, Ivaíândia, Figueira do Oeste, Sertãozinho, Sussui e Triângulo.

Com todo respeito e sincera admiração que tivemos e temos por todos os administradores que passaram pela Prefeitura Municipal e pela Câmara temos o dever de ressaltar o brilhantismo e denodo e a dedicação que a administração Sidnei Polato, uma juventude a serviço do município, com o amparo e o auxílio de sua competente Câmara Municipal construiu um novo Engenheiro Beltrão.

Pelo exposto e por muito mais que poderíamos falar justificamos mais uma vez o nosso requerimento e bem por isso nos ufamos de representar aquela comunidade nesta Casa de Leis, regozijando-nos pela passagem de mais um aniversário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício com voto de solidariedade aos professores universitários de todo o País que se encontram em movimento grevista.

Solicita que tal expediente seja dirigido ao Comando Geral da Greve, nas mãos da Associação Nacional dos Docentes de Escolas Superiores, aos professores da Universidade Federal do Paraná extensivo aos seus colegas de todo o País.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Os professores universitários brasileiros pararam suas atividades por não terem mais nenhum recurso para recorrerem, no sentido de fazer valer suas reivindicações justas e que obtêm a unanimidade na comunidade acadêmica brasileira.

As universidades foram empobrecidas, suas funções desviadas, seu currículo voltou-se para interesses distantes dos nacionais e populares.

Os professores desejam a democratização das universidades, verbas e salários dignos, reivindicações que não podem ser negadas diante das evidências de que são cabíveis e reais.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe, ouvido o Plenário, votos de aplausos ao engenheiro paranaense, Carlos Augusto de Oliveira Chueiri, por ter obtido o primeiro lugar no prêmio TEREX, no II Concurso de Criatividade na Engenharia conforme publicado na Revista "O Empreiteiro"

REQUER ainda o envio de cópia deste requerimento ao mesmo.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Carlos Augusto de Oliveira Chueiri obteve o primeiro lugar do prêmio TEREX, no II Concurso de criatividade na Engenharia, com seu trabalho na construção de escaleira no Rio do Peixe, orgulhando a engenharia paranaense e brasileira e deixando também ensinamentos de bom senso na engenharia de campo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, data vênica, o envio de sugestão aos Srs. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem do Paraná — DER, engenheiro EULER MERLIN, no sentido do plantio de árvores ao longo das rodovias que cortam o Estado, em suas respectivas faixas de domínio.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

O autor da presente proposição pretende tão somente melhorar o aspecto de nossas rodovias. Sobre tudo, em cor com a defesa do meio-ambiente, tantas vezes evidenciada pelos ecologistas, renovar as condições de vida dos ecossistemas adjacentes às rodovias, gravemente prejudicadas pela construção dos grandes eixos estradais.

Evidentemente, a rodovia representa fator de alto sentido social, promovendo a integração de vastas regiões demográficas e produtivas. Escusado dizer, no entanto, que ao longo de seu traçado, a tremenda movimentação de terra, as obras de desmatamento e de eliminação da vegetação, causam profundos e quase insanáveis danos ao meio-ambiente, acabando por transformar a ecologia e, provocando, por outro lado, o aparecimento do fenômeno da erosão do solo.

Essa lamentável constatação tem-se verificado principalmente nas regiões de solo arenoso, e mesmo naqueles de solo argiloso, face à dinâmica das águas pluviais, não contidas na sua força de assoreamento, pela falta de arvoredos mais densos, em

que pese o enleivamento dos cortes e aterros, cujos taludes recebem, hoje modernamente, a chamada hidro-semeadura.

Além desse aspecto, deve-se considerar o fato de que as árvores, plantadas ao longo das rodovias, embelezam-nas e promovem ambiente de grande conforto para quem nelas trafegam. Acima de tudo, deverá representar a medida aqui proposta, um profundo respeito também pelo vegetal, que nos compete proteger, assegurar e consolidar, a bem da sanidade dos ecossistemas e por extensão da vida animal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Minas e Energia, encaminhando a seguinte sugestão:

a) — Que o óleo lubrificante usado, oriundo das trocas periódicas, efetuados pelos proprietários de veículos junto aos postos de serviços em oficinas próprias de manutenção dos frotistas, seja adquirido pela PETROBRÁS para posterior refino e reaproveitamento, a preço razoável;

b) — Que a importância paga pelo óleo usado, seja repassada ao consumidor no ato da troca de óleo junto aos postos de serviços, sob a forma de desconto sobre o preço do lubrificante novo colocado no motor do veículo.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, inseriu nos meios de comunicação do País, especialmente na televisão, ampla campanha visando o reaproveitamento do óleo lubrificante usado e aconselhado que as trocas sejam efetuadas em postos dos serviços objetivando não desperdiçar o produto.

Afirma o Governo Federal e é verdade, que o reaproveitamento do óleo usado, após sua recuperação através de um novo refino, propicia à Nação substancial economia de divisas.

Ora, se a Nação se beneficia com esta economia, é justo que este benefício seja repassado ao proprietário de veículo auto-motor.

Atualmente, o bem de consumo mais onerado neste País é o automóvel que deixou de ser um bem de lazer, para tornar-se instrumento de trabalho. É o caminhão que transporta toda riqueza nacional, juntamente com os ônibus e os automóveis que sofrem as mais variadas formas de taxaço, que vão além dos impostos diretos e indiretos na fabricação, transporte e revenda, como também na manutenção, pedágios e TAXA RODoviária ÚNICA, hoje exorbitante e acrescida em mais de 90 por cento para 1982.

A adoção desta medida irá proporcionar uma sensível redução nos custos de manutenção dos veículos, seja automóvel, caminhão ou ônibus e que será sentida mais especificamente pelos proprietários das empresas de transporte de cargas e de passageiros que, em contrapartida, poderão beneficiar os usuários desses serviços, barateando os fretes e reduzindo o preço das passagens, atendendo assim a todos os interesses: da Nação pela economia de divisas, dos proprietários de veículos e dos empresários frotistas pela redução dos custos de manutenção e por fim o povo brasileiro, pela redução dos fretes e das passagens.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 152/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA

RONDONENSE DE ESPORTES, de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A LIGA RONDONENSE DE ESPORTES é uma entidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, tem por finalidade de representar e dirigir o futebol de campo e o futebol de salão a nível amador em todo o Município de Mal. Cândido Rondon, como importantes ramos da cultura física, coordenando, promovendo e incentivando a sua difusão e aperfeiçoamento.

É justo que o Poder Público outorgue-lhe o reconhecimento de utilidade pública, habilitando-os aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio dos nossos Pares ao presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 153/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II, com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade proporcionar assistência social com alcance regional as pessoas carentes e necessitadas do município, independente de cor, credo religioso e nacionalidade, prestando assim relevantes serviços à comunidade platinense.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

PROJETO DE LEI Nº 154/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo único — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao jurista EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

O Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, é natural de Promissão, Estado de São Paulo, onde nasceu em 14 de setembro de 1929, filho de Antônio Moniz de Aragão e Marília da Costa Moniz de Aragão.

Bacharelou-se em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná em 1952, está inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, desde 1954, e nesta entidade de classe desempenhou importantes cargos, como de conselheiro, no período de 1976/1977.

De 1967 a 1968, foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde deixou a marca de sua presença e do seu trabalho fecundo.

Ingressou no Instituto dos Advogados do Paraná onde desenvolveu dinâmica atuação, tendo sido eleito 2º Secretário em 1958. Assumiu a presidência do Instituto dos Advogados do Paraná em 1964, permanecendo no cargo até o ano seguinte. É membro nato da entidade em foco e seu conselheiro.

É ainda vinculado ao Instituto dos Advogados Brasileiros. No Magistério paranaense, iniciou sua carreira como assistente de cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, tendo se tornado docente — livre da matéria em novembro de 1958.

Em 1959, o Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão já era professor contratado de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. No ano seguinte, já se situava o professor como catedrático de Direito Processual Civil, posição que assumiu em abril de 1960.

Passados oito anos, portanto em 1968, era o professor elevado à condição de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, onde se aposentou em 1977. Soube como mestre, ganhar o respeito e admiração de seus alunos.

A contribuição do professor Egas Dirceu Moniz de Aragão à jurisprudência nacional, está traduzida na publicação de obras que se tomaram presença indispensável nas estantes de nossos advogados, tais como: "A Correição Parcial", tese defendida em 1958, que se encontra na segunda edição; "Embargos Infringentes", cuja 3ª edição foi lançada em 1974; "Estudos sobre a Reforma Processual", datada de 1969, e "Comentários ao Código do Processo Civil" (Coleção Forense) cuja terceira edição foi distribuída em 1979.

O Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, que acaba de ser agraciado com o maior prêmio concedido no Brasil a juristas, ou seja a "Medalha Teixeira de Freitas", criada em 1926, pelo Instituto dos Advogados do Brasil, tornou-se assim merecedor do título de Cidadão Honorário do Paraná pelos serviços prestados ao nosso Estado e à cultura jurídica brasileira.

Estamos seguros que nossa proposição terá o unânime apoio de nossos Pares pela sua incontestável oportunidade e procedência.

PROJETO DE LEI Nº 155/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, tem por objetivo dar assistência escolar a alunos de ambos os sexos, mantendo cursos: Jardim de Infância, Pré-Primário, Primário, Curso de Admissão, Curso Ginásial, Escola Normal Colegial, Corte e Costura e Datilografia.

Denominada SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO, dá formação integral a seus alunos, com serviços prestados à comunidade maringaense já por 25 anos de atividades.

Possui um Estabelecimento de Ensino equipado com todos os recursos modernos áudio-visuais, laboratórios, biblioteca, cancha de esportes, área de lazer, auditório e salão de festas.

Funciona de acordo com a legislação de ensino federal e estadual vigentes, aprimorando também a formação religiosa do educando.

É dirigido pela Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com casa congregacional em Maringá, que além das atividades de ensino, prestam importante colaboração na assistência social aos menos favorecidos, doando inclusive bolsas de estudo a alunos carentes.

Estas são as principais razões pelas quais apresentamos o presente plano de lei, esperando dos nobres Pares desta colenda Casa o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos a revista "O Empreiteiro", revista brasileira de construção pesada, que é editada para o Brasil e América Latina, edição do mês de setembro que entre uma revista de muita seriedade no ramo, uma das melhores, por assim dizer, e entre os vários artigos que encontramos, temos um que fala sobre o II Concurso de Criatividade de Engenharia, Prêmio Bernardo Sayon. E para o nosso contentamento e de todos os paranaenses, tivemos o prazer de verificar à sua página 08, que o primeiro prêmio coube a um engenheiro paranaense.

Dentre 700 trabalhos de engenharia apresentados para concorrer àquele prêmio, o engenheiro paranaense Carlos Augusto de Oliveira Schleder, obteve o primeiro lugar e pelo dito aqui, parece-me que a dificuldade foi da escolha da comissão dos premiados, porque o primeiro lugar, a comissão de engenheiros, a comissão de técnicos que analisava os trabalhos na cidade de São Paulo, em um congresso, decidiu de pronto para que o engenheiro Carlos Augusto de Oliveira, paranaense, obtivesse o primeiro lugar, e esse trabalho que consistia em executar uma obra difícil sem o equipamento especializado e reduzir os seus custos, deu uma grande contribuição à engenharia de campo, levando à execução de obras, uma nova mentalidade.

Foi na construção, no Rio do Peixe, da Usina de Figueira no Paraná, e se uso da palavra neste instante, é para cumprimentar o engenheiro Carlos Augusto de Oliveira Schleder, para que fique nos Anais desta Casa, o nosso contentamento, como engenheiro civil, e de toda a classe de engenharia do Paraná, porque a contribuição não só deu à engenharia, mas dando aos engenheiros do Paraná um grande exemplo de dedicação e trabalho.

Sr. Presidente, encaminharei um requerimento à Mesa com os votos de aplausos para esse engenheiro por ter levado o nome do Paraná e de toda América Latina, mostrando que a tecnologia da engenharia paranaense está em condições de enfrentar todos os ramos, mesmo a tecnologia internacional.

Anexarei a esse requerimento, esta revista, para que não se crie dúvidas sobre o mérito desse trabalho e quero registrar neste instante também, a presença deste engenheiro que tantas obras fez no Paraná.

Nossos cumprimentos, desejando que novas soluções sejam apresentadas à engenharia e revertido em benefício da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta oportunidade, para procurar trazer a este Plenário um esclarecimento, em virtude de uma denúncia que foi feita na sessão de ontem, pelo companheiro de nossa Bancada, talvez num momento de nervosismo, trouxe a esta Casa de Leis um fato que realmente não coincide com a verdade.

Falo aqui a denúncia que foi trazida a esta Casa pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, na sessão anterior. Com todo o respeito que nutrimos pelo nosso companheiro, Deputado tradicional nesta Casa, que ocupa uma cadeira pela sexta vez, demonstrando que realmente goza de um prestígio muito grande na região do norte pioneiro.

Esse Deputado falou ontem, que o Diretor do DER teria

cedido uma cota de cimento para a Prefeitura de Carlópolis, em troca de apoio eleitoral.

E nós queremos nesta oportunidade, esclarecer partindo do pressuposto que o programa pró-safra hoje, é um programa completamente desvinculado do Departamento de Estradas de Rodagem.

O Pró-Safra, hoje, é um programa elaborado pela Secretaria dos Transportes. Se alguma acusação tivesse que ser feita, jamais poderia ser feita ao ilustre Diretor do DER, Dr. Euler Merlin, homem que conhecemos, apresendemos a respeitar e admirar desde os bancos escolares, porque tivemos a honra de ter o Dr. Euler Merlin como nosso professor na Universidade Federal do Paraná.

Acompanhamos hoje também o seu trabalho à frente do DER.

Todos sabemos das dificuldades financeiras por que passa o nosso Estado, todos nós, inclusive, estamos aprovando o orçamento de 1982, e pudemos, analisando esse orçamento, chegar à conclusão que realmente o orçamento desta Secretaria não é um orçamento que tem condições de elaborar um grande plano de obras.

Mas, mesmo com toda essa dificuldade, o DER tem um programa importante para o desenvolvimento do interior do Paraná.

Poderia citar somente na região oeste do Paraná, estradas reivindicadas pela classe política da região, reivindicadas por anos e anos que estão em construção, atualmente.

Poderia citar Corbélia-Braganey, Catanduva-Três Barras, já concluídas, as obras do trecho Vera Cruz - Santa Helena, o trecho recentemente reiniciado de Toledo a Santa Helena, o trecho de Mal. Cândido Rondon a Guaíra.

Entre tantas e tantas obras importantes para o desenvolvimento do interior do Paraná.

Mas, jamais poderemos aceitar qualquer acusação à idoneidade moral desse engenheiro, desse que é, talvez, um dos mais antigos e tradicionais membros do corpo de engenheiros do DER, que tenho a honra de, em companhia do ilustre Deputado Palácios, também pertencer junto à Secretaria dos Transportes.

Não podemos, de forma alguma, aceitar acusações à idoneidade moral desse homem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna na tarde de hoje, para comunicar à Casa que, hoje pela manhã, a Comissão Especial de Estudos do Estatuto da Polícia Civil, esteve reunida, contando com a presença dos Srs. Deputados José Tavares, Antônio Cotrim e Lineu Turra.

Na oportunidade, foram trocadas idéias finais e derradeiras a respeito da Mensagem Governamental enviada a esta Casa, atendendo a uma velha e antiga aspiração da classe policial civil do nosso Estado.

E, na sessão desta manhã, o Deputado José Tavares apresentou seu parecer em torno da matéria, anexando ao mesmo várias emendas sugeridas por Srs. Deputados e outras sugestões trazidas à Casa na sequência dos trabalhos da Comissão.

Comissão que procurou ouvir as diferentes classes da Polícia Civil, através os seus representantes, Presidente da Associação dos Delegados, Presidente da União da Polícia Civil, Presidente da Associação de Criminalística, Presidente da Associação dos Escrivães, Representantes da Diretoria da Polícia Civil, Delegados Hamilton Canfield, Sub-Diretor e Chefe de Gabinete, Dr. Renato Ortolani de Souza.

O trabalho da Comissão Especial está concluído, com

o parecer do Deputado José Tavares.

Queremos, nesta oportunidade, registrar nosso agradecimento à colaboração de todos os membros da Comissão, que não mediram esforços na análise da matéria, e também em especial o nosso agradecimento à linha exemplar de conduta, dentro da Comissão, do Deputado José Tavares, que esteve sempre disposto e até o momento da apresentação de seu Parecer, demonstrou um trabalho realmente digno de nota.

É evidente que algumas emendas foram propostas e virão a Plenário, emendas que serão objeto por certo de discussões. E esperamos que sejam bem compreendidas e acatadas pela Casa. Emendas que foram apresentadas no intuito e no objetivo principal de se dar à classe policial civil do nosso Estado um documento que realmente lhe dê condições de desenvolver um bom trabalho. Não apenas deveres e obrigações, mas também direitos.

E, falando em direitos, entendemos ser direito da classe policial civil, aspirar a direção de seu Órgão, de ser um Delegado do o Titular da Polícia Civil. Na mensagem enviada pelo Governo, num dos artigos, quando se fala na função de Delegado Geral da Polícia Civil, que será a nova denominação do Diretor, fala-se preferencialmente a função ser exercida por um Delegado de Polícia de carreira.

Nós, na emenda apresentada no Parecer do Deputado Tavares, estamos afixando que, obrigatoriamente, será de um Delegado de Polícia, porque entendemos que na Polícia Civil quem deve orientar, quem deve dar normas é alguém de dentro da Polícia Civil.

Porque, não é justo que alguém de fora venha a mandar em casa de outros. Inclusive, há dias passados, numa reunião com a presença do atual Diretor da Polícia Civil, Dr. Luiz Chemin Guimarães, trocávamos idéias com ele a respeito deste assunto, e ele também se posicionava totalmente favorável a esta nossa opinião.

E esperamos que, quando a matéria vir à apreciação dos Srs. Deputados, ela seja encarada com seriedade, com altivez e possamos realmente oferecer através a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aquilo que há muito aspira o Policial Civil de nosso Estado, um quadro de estatutos que lhe dê direitos, que lhe dê condições de bem desempenhar sua tarefa, tarefa essa que dia a dia torna-se mais difícil, mais árdua, com o sempre crescente aumento da criminalidade.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo oradores para o Grande Expediente, a Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do Partido Popular.

Ausente, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ausente, consulta a Liderança do PDS. — (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.
(É procedida a chamada nominal)
Responderam à chamada nominal, 31 Srs. Deputados.
Há “quorum” para votação.
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 32/81, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de assessores de imprensa e seus auxiliares, nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado. — **Aprovado** :

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 32/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Os cargos de Assessor de Imprensa dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado do Paraná, serão providos exclusivamente por jornalistas habilitados nos termos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e do Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.

Parágrafo único — O mesmo procedimento se aplicará aos auxiliares que prestem serviços profissionais de natureza jornalística nas assessorias de imprensa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 74/81, que prorroga por 120 (cento e vinte) dias o prazo estabelecido no Art. 30 da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 74/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no artigo 30, da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 117/81 (Mens. Govern. nº 101/81), que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.
O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerido pelo Sr.

Deputado Deni Schwartz, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal)
Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados.
Há “quorum” para votação.
A Mesa irá proceder a verificação requerida pelo Sr. Deputado Deni Schwartz ao Projeto de Lei 30/80.

26 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/80, de autoria dos Deputados WERNER WANDERER, TERCIO ALBUQUERQUE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de MISSAL, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria o Município de JURANDA, com território desmembrado do Município de Mamborê, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão** :

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar número 138/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 117/81, que altera dispositivos da Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério). Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 114/81), que dispõe sobre a Aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 7424, de 17 de Dezembro de 1980, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 85/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 86/81 (Mens. Govern. nº 92/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e os Municípios que especifica. — **Encerrada a discussão**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 86/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. à ex-Proposição nº 92/81 (Mens. Govern. nº 100/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados,

visando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse metropolitano. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 95/81 (Mens. Govern. n.º 105/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de CASTRO e PONTA GROSSA, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — Em discussão.

O SR. CYRO MARTINS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em discussão o Projeto de Resolução número 87/81, oriundo da Mensagem Governamental número 105/81, encaminhando cópia de convênios celebrados em 24 de setembro, para construção de prédios destinados às repartições policiais de Castro e Ponta Grossa.

Há realmente necessidade de construir as obras ali mencionadas.

Restringirei este pronunciamento à Delegacia de Ponta Grossa.

A forma de execução, através de transferir à competência ao município, é merecedora de reparos.

O Governo do Estado conta com a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com fins específicos de construir, manter e reparar obras públicas estaduais. Conta com estrutura administrativa e técnica, capaz de atender às suas finalidades, pelo que não há justificativa para essa transferência.

A não ser que outros propósitos que fogem da sensibilidade dos que levam a sério a administração estadual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trata-se de uma obra de envergadura, com 1.643 m², cujo valor do Termo do Convênio é de Cr\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de cruzeiros), no qual não consta o número do projeto a ser executado nem as especificações da construção.

Custará ao Governo do Estado, vinte e oito mil cruzeiros o metro quadrado.

Será necessário a contratação de firma empreiteira.

E, por que a EMOPAR não o faz?

É evidente que o grupo prefetural vai fazer a “concorrência” entre aspas, estabelecendo critérios para ganhar aquele que pretende o grupo, como já o fez com a pavimentação da ampliação do aeroporto de Ponta Grossa, ao estabelecer condições para o fornecimento de materiais.

Sendo, por concorrência, entre o empreiteiro municipal, a Prefeitura, a fiscalização da EMOPAR, a Secretaria de Segurança, etc, etc, etc...

Quanta complexidade. Que percepção, que análise, poderá ser tomada desta forma de agir?

Casos idênticos, estão acontecendo para as obras da Secretaria de Segurança Pública em Goioerê e Campo Largo. Agora, com Ponta Grossa.

Será que as firmas empreiteiras idôneas e devidamente registradas na EMOPAR não podem ter a oportunidade de executar uma construção de quarenta e seis milhões de cruzeiros?

Pelo que é observado, através do Convênio encaminhado para aprovação nesta Casa de Leis, a Secretaria de Segurança tem forma diversa de agir, encaminhando as construções para órgãos municipais.

Prefere aquela Secretaria, estabelecer convênios com pagamentos antecipados:

— 15 por cento na assinatura do convênio;

— 25 por cento quando executado 50 por cento da estrutura da obra; e

— 20 por cento quando concluída a estrutura.

Até aqui já teriam sido pagos 60 por cento da construção, quando não chegam a representar nem 40 por cento do total.

— 20 por cento mais vinte por cento com a cobertura, que corresponde a 80% pagos quando no cômputo geral do andamento de uma construção, a cobertura não chega a 50 por cento.

Portanto, reafirmo, são realizados pagamentos adiantados.

A cláusula décima-segunda, obriga o município a prestar contas de cada parcela recebida à EMOPAR. Ora, face aos adiantamentos com seus valores, estão aqueles dos serviços realizados, conforme explanação acima, o convênio oferece certas condescendências ao órgão executor, no caso o Município.

Resta pois, dúvidas a respeito desse procedimento, de estabelecer o que está transcrito nas cláusulas do convênio.

E essas dúvidas, não são de ordem administrativa nem de ordem técnica, nem de ordem profissional e governamental.

Eis pois, o fundamento cabal com os argumentos necessários, para que meu voto seja contra.

É preciso mais respeito à estrutura administrativa do Estado do Paraná, que foi criada, adaptada, melhorada, renovada, para atender aos interesses do povo, da gente paranaense.

É a justificativa indiscutível que tenho para votar contra o convênio.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria de fazer este aparte no encerramento do pronunciamento de Vossa Excelência.

Não quis interrompê-lo antes, exatamente quando Vossa Excelência passou a abordar o assunto, chamou minha atenção, e neste aparte, desejo cumprimentá-lo, Deputado Cyro Martins, porque nós temos acompanhado exatamente este processo, este comportamento da EMOPAR, diferenciado com reação aos municípios, quando sabemos que a EMOPAR, criada que foi, deveria ter o objetivo precípuo de, ela, cumprindo suas determinações e os inúmeros cargos que tem para diversos dirigentes, passará à execução especialmente dessas obras, poder-se-ia admitir, e nós inclusive admitimos no passado, que a EMOPAR pudesse passar os direitos às Prefeituras menores, para que, por administração direta as prefeituras recebessem as importâncias e, pela administração direta, elas pudessem executar as obras.

Vossa Excelência, contudo, vem trazer um fato que deve merecer toda a atenção, e é exatamente a EMOPAR passando às Prefeituras os poderes para que a mesma, não execute a obra, mas poderes para que ela possa contratar outras empreiteiras para a execução da obra, e efetivamente, dando todas as condições para que possam surgir os famosos, 10, 15, 20 ou 30 por cento através das pseudo-concorrências que são realizadas.

Há um caso recente, Sr. Deputado, muito divulgado pela imprensa londrinense, quando, para a execução de obras da Rua Sergipe, com verbas da Pasta do atual Secretário Saul Raiz, verbas foram destinadas, a Prefeitura contratou empreiteira para execução do serviço e essa acabou subempreitando, por uma importância irrisória, dando motivos até mesmo a um sério debate através da imprensa londrinense.

O problema que Vossa Excelência enfoca, quero fazer questão desta tribuna, ao cumprimentar-lhe, dizer que eu, por livre e espontânea vontade, quero também aumentá-lo, dizer que, se trata de ambas as Prefeituras, Ponta Grossa e Castro, é o

mesmo problema, é o mesmo drama, é a mesma aflição.

Receba, Deputado, os meus encômios, porque é preciso que nesta Casa em todas as nossas posições, defendamos intransigentemente os interesses do Estado, os interesses do povo, não compactuando com possibilidades como essa de que, as verbas possam ser desviadas para fins escusos, o que já é quase que uma praxe dentro dos municípios brasileiros.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Dácio Leonel, concordo quase que plenamente com todo o seu pronunciamento, com o aparte que Vossa Excelência ofereceu, naturalmente, trazendo mais esclarecimentos sobre o assunto.

Evitei, evidentemente, falar do Município de Castro, eu me limitei apenas a falar no Município de Ponta Grossa.

Com respeito à EMOPAR, cabe aqui uma ressalva: os Superintendentes, Diretores Técnicos, Engenheiros, o Corpo Técnico da EMOPAR dependem de certos Secretários de Estado, e esses dois convênios para a construção de obras públicas da Polícia, através da Secretaria de Segurança, foi imposição do Coronel Haroldo Dias, foi imposição dele, e a EMOPAR teve que realmente atender essa imposição de um Secretário que deve ter interesses outros que não sejam administrativos, que não sejam aqueles que realmente vêm em prol do nosso povo e realmente está acontecendo esses convênios de obras muito grandes obras de envergadura, como afirmei aqui, com as prefeituras que não têm condições técnicas para executá-las.

Concordamos também que as pequenas obras, uma casa escolar, uma pequena coletoria, uma sub-delegacia possam ser feitas em convênio e vêm em benefício do Poder Público, mas obras dessa envergadura, 46 milhões, 80 milhões, não podem ser entregues à Prefeitura. Temos realmente empreiteiras idôneas, capazes, junto à EMOPAR, que podem fazer esse serviço.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 87/81. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. à ex-Proposição n.º 91/81 (Mens. Govern. n.º 99/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MANGUEIRINHA, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros na sede daquele município. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, à ex-Proposição n.º 51/80, que aprova as Contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1979. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 60/81, aprovado por unanimidade na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de BRAGANEY. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 79/81, à Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que atualiza o texto da Carta Estadual ao texto da Carta Federal, em função das alterações nesta introduzidas pela Emenda número 13, de 10 de outubro de 1979 (das licenças de Deputados e Ministros de Estado, Secretários de Estado e Prefeito da Capital para tratar de saúde ou interesse particular).

Com parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 97/81, à proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera o parágrafo único do Art. 74, da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Reduz o tempo para aposentadoria aos Professores). Com parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 98/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que acresce o Art. 158, à Constituição Estadual, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, conforme especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 99/81, à Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce o parágrafo 5.º ao Art. 13, da Constituição Estadual, conforme especifica. (Remuneração de Deputado Estadual). Com parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 27.º aniversário de Emancipação Política do Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado** : — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela instalação de um posto avançado do Banco do Brasil, na cidade de São Jorge do Oeste. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando envio de sugestão ao Sr. Diretor Geral do DNER e ao Sr. Diretor Geral do DER no Paraná, no sentido de que as rodovias que cortam o Estado sejam providas, em suas laterais, nas respectivas faixas de domínio, de árvores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao Engenheiro paranaense Carlos Augusto de Oliveira Schleder, por ter obtido o primeiro lugar no prêmio Terex no II Concurso de Criatividade na Engenharia, conforme publica a revista "O Empreiteiro". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos professores universitários em greve, especialmente à Associação Nacional dos Docentes de Escolas Superiores — ANDES, extensivos aos professores paranaenses. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, consubstanciado em sugestão, no sentido de que o óleo lubrificante usado pelos proprietários de veículos junto aos postos de serviços em oficinas de manutenção dos frotistas, seja adquirido pela PETROBRÁS para posterior refino e reaproveitamento. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação de uma Coordenadoria do Instituto de Previdência do Estado, em Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo seja implantado um estabelecimento de ensino de Segundo Grau no período noturno, junto à Escola Sebastião Saporski, no Bairro de Abranches, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, Fazenda, Planejamento, Minas e Energia, Transportes, Indústria e Comércio e demais autoridades, em forma de apelo, visando o parcelamento da TRU em até três vezes, também para as taxas inferiores a cinco mil cruzeiros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado às autoridades competentes, incluindo a Prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de que intervenham de forma a dar solução à questão social que aflorou com a ocupação de terras em Vila Formosa, por posseiros sem moradias. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de se instalar em Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz, o ensino de Segundo Grau. —

Encerrada a discussão :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SUREHMA, encarecendo imediatas providências para sanar a poluição no Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira, em Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Governador do Estado, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, SEA, e ao Diretor de Crédito Rural do Banco Central, encarecendo a liberação de recursos para financiamento da Usina Polivalente de esmagamento de oleaginosos da Cooperativa Agrícola de Cascavel - COOPAVEL. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 35º aniversário de Independência do Líbano. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Tribunal Superior Eleitoral, que faça campanha de esclarecimento do processo de votação - pelo rádio e televisão, nas eleições gerais de 1982. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Senado da República, Presidente da Câmara dos Deputados e aos Líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional, encarecendo pronunciamento oficial dessas autoridades com relação à realização de eleições para Prefeitos nas chamadas Áreas de Segurança Nacional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho e da Previdência Social, no sentido da liberação e legalização do chamado "Jogo do Bicho". — **Encerrada a discussão :**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria de Segurança Pública a devida atenção aos graves problemas de segurança que ocorrem em Palmas, bem como as deficiências materiais e humanas daquela Delegacia de Polícia. — **Encerrada a discussão :**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos organizadores e participantes do III Festival de Música Mensagem, promovido pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Vila Fany. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor ao radialista Luiz Carlos Martins, pelo lançamento do livro de sua autoria, intitulado "Agora e Sempre". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, sobre a remessa de 5200 sacas de cimento à Prefeitura de Carlópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo as seguintes informações: quantas fugas ocorreram na Penitenciária Central do Estado; quantas na Prisão Provisória de Curitiba; na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas e quantas no Presídio de Mulheres e Manicômio Judiciário do Estado. Este pedido refere-se ao período que vai de 01 de janeiro de 1979 até a presente data. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 30, 32 e 38/80, 79, 139/81 e Projeto de Lei Complementar nº 138/81 e Projetos de Resolução nºs 85, 86, 87, 88, 90 e 92/81, e das Proposições nºs 79, 97, 98 e 99/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 78, 86, 92 e 129/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/81.

Marcando ainda uma Sessão Solene para amanhã, dia 26, quinta-feira, às 15:00 horas, de entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Levanta-se a Sessão.